



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO Nº. 801/2025-GP

Cajazeiras – PB, 25 de novembro de 2025.

A sua Excelência, o Senhor,
LINDBERG LIRA DE SOUZA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
Ed. Francisco Matias Rolim – Casa Otacílio Jurema

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei para apreciação legislativa.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os mais respeitosos cumprimentos, venho por meio deste encaminhar a Vossa Excelência, para análise, apreciação e votação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de lei, que dispõe sobre a regulamentação das atribuições específicas das Procuradorias Adjuntas Especializadas da Procuradoria-Geral do Município de Cajazeiras e dá outras providências.

O referido Projeto de Lei tem por finalidade disciplinar, de forma clara e objetiva, as competências administrativas dos Procuradores Adjuntos de Saúde, Educação e Contratações Públicas, garantindo maior eficiência organizacional e observância às normas já estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.036, de 17 de agosto de 2023, e pela Lei Municipal nº 3.126, de janeiro de 2025.

Na certeza da costumeira atenção e colaboração de Vossa Excelência e dos demais membros desta Casa Legislativa, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

MENSAGEM ____/2025

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Cajazeiras,**

Encaminho para apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que regulamenta as atribuições específicas das Procuradorias Adjuntas Especializadas da Procuradoria-Geral do Município de Cajazeiras, criadas pela Lei Municipal nº 3.126, de janeiro de 2025.

A regulamentação ora apresentada busca, conferir maior precisão e segurança jurídica às funções de chefia exercidas pelos Procuradores Adjuntos; fortalecer a governança administrativa da Procuradoria-Geral; organizar fluxos internos, garantindo eficiência no tratamento de processos administrativos e judiciais; respeitar integralmente os limites legais da Lei Municipal nº 3.036/2023, que disciplina as atividades de natureza técnica e vinculante no âmbito da Advocacia Pública municipal.

Ressalta-se que as atribuições descritas possuem natureza exclusivamente administrativa e gerencial, não representando ampliação de competências jurídicas nem criação de funções incompatíveis com o regime jurídico dos procuradores municipais.

Trata-se, portanto, de proposta indispensável à modernização da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral, assegurando maior eficiência na defesa do interesse público e na gestão das políticas setoriais de Saúde, Educação e Contratações Públicas.

Diante da relevância da matéria, submeto o Projeto de Lei à análise dos nobres Vereadores, confiando na aprovação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB, Estado da
Paraíba, em 25 de novembro de 2025.**


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional



PROJETO DE LEI Nº ____/2025

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS
ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS
PROCURADORIAS ADJUNTAS ESPECIALIZADAS
DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE
CAJAZEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º As Procuradorias Adjuntas Especializadas da Procuradoria-Geral do Município de Cajazeiras, criadas pelo art. 8º da Lei Municipal nº 3.126, de janeiro de 2025, têm suas atribuições regulamentadas por esta Lei.

Parágrafo Único. Os Procuradores Adjuntos exercerão exclusivamente funções de chefia, direção e coordenação administrativa, vedada qualquer atribuição de caráter técnico-jurídico vinculante já delimitada pela Lei Municipal nº 3.036, de 17 de agosto de 2023.

Art. 2º Compete ao Procurador Adjunto de Saúde:

I – substituir o Procurador-Geral do Município em casos de ausência, afastamento ou impedimento, mediante delegação expressa;

II – coordenar os setores internos e supervisionar os procedimentos administrativos relacionados às políticas municipais de saúde, observando as orientações e diretrizes da Procuradoria-Geral;

III – supervisionar e validar, no âmbito de sua área temática, minutas, análises, informações e peças jurídicas elaboradas pelos procuradores lotados na Procuradoria-Geral, zelando pela uniformização de entendimentos internos;

IV – auxiliar na organização e distribuição interna de processos administrativos e judiciais, quando houver delegação expressa do Procurador-Geral;

V – atuar, quando designado, em processos administrativos ou judiciais de alta relevância para a área da saúde;



VI – exercer outras funções administrativas que lhe forem formalmente delegadas pelo Procurador-Geral ou pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Compete ao Procurador Adjunto de Educação:

I – substituir o Procurador-Geral do Município em casos de ausência, afastamento ou impedimento, mediante delegação expressa;

II – coordenar setores internos e supervisionar os procedimentos administrativos vinculados à área da educação, incluindo alimentação escolar, transporte educacional, infraestrutura, manutenção e funcionamento das unidades de ensino;

III – promover a revisão e a validação administrativa de minutas, expedientes e peças jurídicas elaboradas pelos procuradores que atuam na área educacional;

IV – auxiliar na organização e distribuição interna de processos, se houver delegação expressa do Procurador-Geral;

V – atuar, quando designado, em processos administrativos ou judiciais de alta complexidade relacionados à educação;

VI – exercer outras atribuições administrativas que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral ou pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Compete ao Procurador Adjunto de Contratações Públicas:

I – substituir o Procurador-Geral do Município em casos de ausência, afastamento ou impedimento, mediante delegação expressa;

II – coordenar e supervisionar os procedimentos administrativos relacionados às contratações públicas, em especial aqueles afetos às licitações, contratações diretas, gestão e fiscalização contratual;

III – revisar e validar, no âmbito de sua competência, minutas, notas técnicas e análises jurídicas elaboradas pelos procuradores que atuam na seara das contratações públicas;

IV – auxiliar na organização e distribuição interna de processos, nos termos de delegação do Procurador-Geral;

V – atuar, quando designado, em processos administrativos ou judiciais de alta relevância ou complexidade que envolvam contratações públicas;

VI – exercer outras atribuições administrativas que lhe forem delegadas pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

Procurador-Geral ou pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º As atribuições previstas nesta Lei não se confundem com atividades típicas da advocacia pública ou de assessoramento jurídico técnico, disciplinadas pela Lei Municipal nº 3.036, de 17 de agosto de 2023.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB, Estado da Paraíba, em 25 de novembro de 2025.


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional

AB IMIS FUNDAMENTIS